Rui Pinto Duarte 2014

• Sentido da intervenção: sistematização e permuta

- Perceção (pelo orador) da relevância do direito de retenção
  - Na atividade como advogado
  - Na lista de jurisprudência sobre direitos reais do Curso

#### Notas de rememoração

- Âmbito (móveis e imóveis)
- Modo de previsão («cláusula geral» e casos especiais no CC e noutros diplomas, v.g., contrato de agência, empresas transitárias e transporte rodoviário nacional de mercadorias)
- Requisitos da cláusula geral: detenção lícita de coisa devida, crédito sobre o credor, relação do crédito com a coisa devida)
- Sublinhado: a coisa pode ser de terceiro!
- Dupla vertente, no direito português vigente (compulsão ao cumprimento e garantia)
- Não registabilidade
- Prevalência sobre a hipoteca
- Relações com exceção de não cumprimento

- O caso do beneficiário de promessa de alienação de imóvel
  - Como se gerou este caso especial
  - Efeitos perversos do direito em causa
  - Interpretações restritivas (só certos créditos, só certas pessoas, ausência de eficácia erga omnes, cedência perante a hipoteca)
  - Exigência de «controle físico» (acórdão STJ 12.3.2013)

#### O caso do empreiteiro

- Como, das empreitadas de móveis, o direito de retenção chegou às de imóveis
- Efeitos perversos do reconhecimento do direito de retenção aos empreiteiros de imóveis (conexão com a posição dos financiadores)
- Crédito coberto (preço ou só despesas)

#### Algumas situações relativas a móveis

- Contrato de agência
- Empresas transitárias
- Transporte rodoviário nacional de mercadorias

• Extinção pela entrega da coisa (só voluntária?)

Extinção pela venda executiva (824, n.º 2, CC)

#### Aspetos processuais

- Relação com a extinção pela venda executiva
- Ónus de reclamar crédito na execução
- (In)oponibilidade ao credor hipotecário de sentença proferida em ação em que o mesmo não tenha sido parte
- O direito de retenção em ambiente de insolvência (ac. STJ 4/2014)